

A. J. R. Russell-Wood

Uma visão de Minas Gerais no contexto do Império lusitano

Pesquisador afeito ao paciente trabalho nos arquivos, o historiador britânico dedicou boa parte de sua vida ao levantamento da documentação relativa ao mundo colonial português, de que resultou importante contribuição para o conhecimento da sociedade brasileira daquele período.

> Que caprichos levam um estrangeiro a desaparecer sob o sol dos trópicos, exilado na solidão de arquivos e bibliotecas, com sua penumbra centenária, úmida e silente? Difícil arriscar uma resposta segura. Algumas pistas, encontramos em sua biografia, outras estão espalhadas na obra vasta, original e fecunda do historiador A. J. R. Russell-Wood, dono de uma discrição quase mineira.

De Charles Boxer, notável historiador britânico do Império português com quem conviveu nos primeiros anos de formação acadêmica, herdou decerto o compromisso com as sólidas pesquisas exaustivamente documentadas e o prazer da originalidade, quer na descoberta de fontes valiosas e desconhecidas, quer na reconstituição de processos que fundamentam a formação histórica de um lugar.

Professor da prestigiada Johns Hopkins University, nos Estados Unidos, e velho conhecido dos historiadores brasileiros e portugueses, para os quais é referência incontornável, engana-se quem associa o cuidado da pesquisa com algum gosto excêntrico. No fundo, a unir investigações de temas aparentemente tão distantes como a circulação de frutas e as técnicas de pesca de ameríndios, indianos ou africanos,¹ a mobilidade social da elite colonial baiana,² ou as rotinas administrativas de uma câmara municipal no coração da capitania do ouro,³ existe algo mais do que a aparente inquietação intelectual.

Para onde quer que esteja olhando, parece inquirir as condições de organização, estabilização e adaptação de Portugal em meio à aventura da colonização. Ainda que tais condicionantes sejam a marca presente na geração dos grandes intérpretes do Brasil (Raimundo Faoro, Gilberto

Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda), a originalidade, renovação e atualidade de Russell-Wood em nossa historiografia situam-se na combinação singular na qual equilibra tais empréstimos com a formação de um quadro de análise lastreado em uma criteriosa reconstituição documental, no domínio da metodologia de viés sociológico, muitas vezes desenvolvida à margem dos debates então correntes na historiografia brasileira.

Não foi à toa que Minas Gerais ocupou um lugar todo especial dentre as regiões que Russell-Wood estudou. A área foi, dentre todas as outras do Império lusitano, um campo de teste que exigiu mais da Coroa e dos colonos. Nesta entrevista, colhida em Ouro Preto e complementada por *e-mail*, o historiador declara em bom português, língua que domina plenamente, o inconfessável segredo que descobriu nas suas viagens a Minas: o sabor do feijão-tropeiro, a recepção calorosa e o prazer de uma dose de cachaça.

RAPM – Após suas primeiras pesquisas sobre o Brasil Colônia, especialmente dedicadas a Bahia e Minas Gerais, o senhor ampliou seu foco, tratando do Império português e suas trocas culturais, as relações políticas entre Brasil e Portugal, além da África. Diante dessas experiências, o que mudou na sua maneira de ver Minas Gerais, hoje, em relação às suas primeiras pesquisas?

RUSSELL-WOOD – Naquela época a minha pretensão era fazer um estudo de uma instituição tradicional portuguesa – a Santa Casa de Misericórdia da Bahia – numa dimensão imperial e multicontinental em uma época de mudanças e dentro de um contexto econômico e social fundamental na formação da colônia.

Procurei em Minas um ponto de comparação (“ouro branco”, “ouro preto”), tendo em vista essa sociedade que conheceu uma formação instantânea, com uma economia baseada na mineração e que provocou uma reação por parte da Coroa. Perguntava-me como essa explosão demográfica, social, econômica, urbana e a subsequente diversificação econômica exigiram da Coroa não apenas uma nova apreciação na forma de colonização, mas também contribuíram para uma completa reorientação da política imperial, que subverteu totalmente a tradicional relação metrópole-colônia. Esses dois casos em estudo despertaram em mim a consciência da necessidade de colocar Minas e Bahia não apenas em um contexto brasileiro, mas dentro de dois outros contextos ainda maiores. O primeiro foi o contexto de um Império marítimo português, para tratar de descobrir o que foi realmente diferente e distintivo em um mundo influenciado pelos portugueses, que se estendia do extremo oriente e da Indonésia até o Mato Grosso. Também aprendi a importância de rejeitar a tendência de uma perspectiva que considerava esse império exclusivamente sob a perspectiva marítima. Por exemplo, já no século XVII houve muitos indivíduos – missionários, mercadores, colonos, bandeirantes, agricultores, degredados e garimpeiros – que podiam ficar às margens do

O Brasil oferece enormes oportunidades para um estudo que poderia se intitular: “As economias brasileiras: uma aproximação cultural”.

Rio Paraguai e olhar para o Oeste. O segundo foi o meu interesse no projeto colonial, quer dizer, na história comparativa de nações e Estados europeus no ultramar e seus pontos de convergência e de distinção. Meu interesse foi uma aproximação verdadeiramente global, e não uma bifurcação imperial baseada em hemisférios. O resultado dessa experiência foi um maior respeito pela diversidade de fontes, além da própria documentação manuscrita – azulejos, tapetes, iconografia não europeia, artefatos etc. –, e uma maior apreciação

da geografia, oceanografia e climatologia. Especificamente quanto a Minas – onde houve uma enorme diversificação de produtos –, cheguei a um maior equilíbrio entre a dimensão econômica e a dimensão cultural. Por exemplo, a mineração e a agricultura têm uma projeção econômica, mas também uma dimensão eminentemente cultural: a dimensão humana, os conhecimentos técnicos, a organização de conhecimentos que foram próprios de africanos e afro-brasileiros, de um lado, e dos autóctones do outro. De fato, o Brasil oferece enormes oportunidades para um estudo que poderia se intitular: “As economias brasileiras: uma aproximação cultural”, que investigue o cultivo de arroz, as drogas do sertão, o cultivo de mandioca, os modos de preparar as terras para cultivar, o corte do pau-brasil, os modos de transporte, a mineração etc.

RAPM – Que lembranças o senhor tem de Belo Horizonte e do trabalho no Arquivo Público Mineiro?

RUSSELL-WOOD –

Foi uma época ótima. Lembro-me do café servido no Arquivo Público Mineiro, que era muito bom. Um senhor, José (“Zé”) Gomes, me apelidou logo de “barriga preta”. Simplesmente porque eu gostava muito do café de lá... Em Belo Horizonte, trabalhei pela primeira vez ao lado do Donald Ramos. As condições físicas, naquela época, eram precárias.

Acho que a gestão recente de Renato Venâncio proporcionou mudanças boas e inovadoras. Bastava modernizar ao menos as condições do prédio, porque naquela época, quando chovia muito, havia infiltração de água no teto. Um dos mineiros com quem então me encontrei foi o Augusto de Lima Jr. Gostei muito dele, era realmente muito simpático, apesar de pouco conhecido pelos historiadores na Europa. Mas foi muito bom comigo, deu ótimos conselhos e toda a atenção. O Hélio Gravatá também me indicou avenidas de pesquisa, me ofereceu cópias da revista *Barroco* e, a cada duas semanas, íamos jantar em um restaurante barato e popular que oferecia pratos exclusivamente de carne!

RAPM – Qual o arquivo mineiro pelo qual o senhor tem mais carinho? E por quê? Em suas

primeiras pesquisas, fez alguma descoberta documental que se recorda de modo especial?

RUSSELL-WOOD –

De fato, há dois arquivos mineiros pelos quais ainda tenho muito carinho e de que sinto muitas saudades. Um foi o Museu do Ouro, em Sabará. Naquela época seu diretor era o dr. Antonio Joaquim de Almeida. Ele e a sua mulher, dona Lúcia, fizeram todo o possível para que a minha estada em Minas, e sobretudo em Sabará, fosse ao máximo produtiva. Dona Lúcia foi minha guia durante vários passeios por Sabará,

enquanto dr. Antonio Joaquim me mostrou com enorme orgulho o acervo histórico riquíssimo do museu – não apenas de manuscritos, mas também de artefatos e iconografia. O outro arquivo foi a Casa do Pilar, em Ouro Preto [anexo do Museu da Inconfidência]. Passei três ou quatro meses, no início de 1992, pesquisando a documentação de compra e venda de propriedades e terras que trazia informações não apenas de ordem financeira e sobre o direito, mas ainda sobre os próprios indivíduos. Isso me permitiu construir um modesto estudo prosopográfico. Nunca vou me esquecer daquela “escadinha” para subir até o arquivo... Ali, a sra. Suely Perucci, responsável técnica pelo Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, e a sra. Carmen Sílvia Lemos – que naquela época pesquisava as ossadas dos inconfidentes

localizadas na África – contribuíram para uma estada muito agradável, além de proveitosa.

RAPM – Acha que a pesquisa perde quando os documentos estão digitalizados? A pesquisa com os originais é essencial?

RUSSELL-WOOD –

Sempre achei interessante o próprio processo de interagir com a documentação. Sou uma dessas pessoas contrárias à digitalização de documentos, porque isso nega aos historiadores mais recentes interagir com o documento. Não sei se isso é uma coisa de misticismo ou algo do tipo... Mas é diante do original, com o documento à frente, que se tem uma porção de ideias.

RAPM – Como o senhor enxerga, retrospectivamente, o debate sobre poder local e administração, tendo em vista o pioneirismo de seu estudo sobre a Câmara de Vila Rica?

RUSSELL-WOOD – Desenvolvi nos anos 1970 um microestudo sobre Minas Gerais.⁴ Ele foi feito em um contexto metodológico específico, quer dizer, parti da ideia de convergência e divergência, da multiplicidade de empregos, da multiplicidade de empregados em diferentes funções administrativas. Esse foi o tema central. Fui descrevendo o processo, contudo, o que

Sou uma dessas pessoas contrárias à digitalização de documentos, porque isso nega aos historiadores mais recentes interagir com o documento.

me interessava mais era o aspecto do próprio procedimento burocrático. Na conferência que fiz em 2008 no seminário *Administrando os Impérios* (organizado pela Universidade Federal de Ouro Preto), expus uma visão mais ampla do tema. Minha hipótese foi, simplesmente, que as noções de república e de ordem eram capazes de oferecer coesão aos senados de todas as câmaras do litoral atlântico, como defendia Boxer. Acho que nós temos de deixar de lado um pouco essa obsessão com o processo para ter uma visão maior

das mentalidades e das ideias. E sugeri, nessa explanação, que essa noção de mentalidade e de ideias é realmente tão importante quanto o próprio processo. Afinal, um ponto em comum entre esses velhos senados era a mentalidade. Ainda que apresentando variações, os juízes ordinários e os vereadores reconheciam para si mesmos responsabilidades que aceitaram, assumiram e chegaram a implementar. E a influência dessa noção de mentalidade afetava ainda a qualidade da legislação. Acentuei exatamente essa ideia, afastando-me um pouco da abordagem centrada na pessoa que ocupava a vereança, simplesmente como emissoras de posturas, de bandos e de editais, porque uma grande parte da obra deles foi fazer a mediação social. Esses funcionários possuíam um investimento pessoal, emocional e econômico na

vila em que atuavam, onde conheciam as pessoas que a legislação afetava. Esses contatos informais foram decisivos para dar a eles o conhecimento a respeito dos problemas que podiam surgir. Não era simplesmente escrever um edital e promulgá-lo para a cidade, já que isso, ao contrário, poderia causar reações negativas, como uma válvula de escape. Essa possibilidade poderia ser assim eliminada com a discussão ou a apresentação de novas ideias. Acho que esse aspecto mediador, de muita negociação, como agora Jack Greene defende a respeito do papel das negociações, é fundamental. Não se tratava simplesmente da relação dos funcionários com a Coroa, mas das trocas no convívio social da própria vila ou cidade.

RAPM – Quais as diferenças entre o seu trabalho e o de Charles Boxer a respeito da administração?

RUSSELL-WOOD – Uma distinção evidente foi que ele, além do domínio das línguas orientais, que eu não tenho, conhecia muito mais do que eu as línguas europeias, além do latim. Ademais, ele trabalhou com a sua própria biblioteca. Boxer se interessava muito mais do que eu pela arte militar, gostava não apenas das guerras com exércitos

Gosto de construir a análise a partir do próprio indivíduo, onde quer que ele esteja, em Minas ou em Mato Grosso, e perceber sua história.

fixos e sua tecnologia, mas também do estudo das batalhas marítimas, ou *marine military battles*. Por outro lado, as investigações sobre o poder e a administração locais são feitas por pesquisadores que residem no lugar onde pesquisam o tema. Há, por exemplo, professores em Ouro Preto ou em Mariana que escrevem sobre as diferenças administrativas entre Mariana e Ouro Preto. Boxer adotou uma visão mais global, ou seja, estudava ao mesmo tempo Luanda, Macau, Goa e Salvador. Não cheguei a esse ponto em meus trabalhos, mas o que me

interessou de verdade era reduzir um pouco o peso da influência da Coroa e realçar a influência do indivíduo, de um lado, e também do colono, de outro. Qualquer historiador sabe que a historiografia tradicional do século XIX, e até do século XX, partiu do ponto de vista metropolitano, ou seja, da Coroa, das instituições portuguesas e sua transferência para a África, Ásia e Brasil. Acredito que se perde nessa abordagem a importância do indivíduo, tanto aqui no Brasil quanto em Angola. Afinal, houve muita coisa que aconteceu sem a intervenção da Coroa, ou apesar da influência dela. Gosto de construir a análise a partir do próprio indivíduo, onde quer que ele esteja, em Minas ou em Mato Grosso, e perceber sua história. Existiam em toda parte indivíduos que não queriam estabelecer muitos vínculos com a Coroa. Veja o caso de Macau, onde os mercadores não queriam conversa

com o vice-rei. Havia sempre grupos de pessoas autônomas que viviam muito bem, deram enorme contribuição para o Império colonial português, mas não queriam ser incorporados a ele, tornando-se suas vítimas.

RAPM – Há hoje uma grande polêmica a respeito de Aleijadinho, especialmente após a publicação do livro de Guiomar de Grammont.⁵ Em artigo de 1968,⁶ o senhor desconfiou da existência do apelido e de tantas ocorrências do nome de Antônio Francisco Lisboa, sugerindo que poderiam ser mais de uma pessoa. Permanece a desconfiança?

RUSSELL-WOOD – Em 1968, a Escola de Arquitetura da UFMG publicou um artigo de minha autoria intitulado “Manuel Francisco Lisboa”. O meu foco foi a obra desse imigrante português, artesão, mestre de obras e arquiteto. Durante as pesquisas que vinha fazendo, encontrava sempre diversas ocorrências do nome Antônio Francisco Lisboa, mas as diferenças de contexto não permitiam confirmar que essas ocorrências se referiam à mesma pessoa. Lembro-me que houve uma ocasião em que encontrei a assinatura “Antonio Francisco Lisboa” e o contexto não deixou dúvida de que se referia ao próprio escultor em madeira e pedra. Levei o documento para o “Teixeirão”,⁷ que ficou

Surgiu uma geração de historiadores que transcendeu as fronteiras do próprio Brasil e passou a considerar a colônia em um contexto eminentemente internacional.

muito animado e o mostrou para [Assis] Chateaubriand, no Rio de Janeiro. Evidentemente, Antônio Francisco era um nome bastante comum não apenas no Brasil, mas no ultramar português, e a adição do sobrenome “Lisboa” servia muitas vezes para identificar simplesmente o lugar de procedência ou nascimento, no caso a cidade de Lisboa.

RAPM – Minas Gerais ainda encanta os historiadores norte-americanos? Há uma nova geração de brasilianistas? O senhor poderia destacar algumas pesquisas que mais aprecia?

RUSSELL-WOOD – Com certeza há uma segunda geração de brasilianistas – querendo esta expressão se referir àqueles indivíduos norte-americanos que continuam a fazer contribuições importantes para a história de Minas Gerais. Incluiria entre eles Laird Bergad,⁸ Judy Bieber,⁹ Kathleen Higgins,¹⁰ Elizabeth Kiddy¹¹ e Hal Langfur.¹² Aqui mesmo, em Minas Gerais, há uma estudante que orientei, Mariana Dantas, que recentemente publicou sua tese em livro.¹³ Ela faz uma comparação entre Sabará e Baltimore (EUA). Quando me sugeriu isso pela primeira vez, fiquei muito desconfiado. Mas ela insistiu e eu não sabia, por simples ignorância, que havia um predomínio elevado da população de escravos forros em Baltimore e em Sabará. E mesmo Sabará estando afastada 400km do mar, e Baltimore a mais ou menos meia hora, ela conseguiu fazer uma comparação.

As duas regiões têm outra semelhança: um comércio muito vigoroso ativado pelo processo de protoindustrialização. Foi um trabalho de grande originalidade, também por fazer um estudo comparativo, que é difícil, porque a maneira mais fácil de fazer isso é como um jogo de tênis: Baltimore tem isso, Sabará tem aquilo... Ela escapou dessa armadilha e teve a coragem de escolher oito ou dez temas para cada capítulo e colocar a parte comparativa em cada um. O resultado ficou interessantíssimo, e espero que o livro seja traduzido para o português. Outra estudante brasileira que orientei, mas que não é mineira, Carmen Alveal, defendeu uma tese de doutorado¹⁴ na Johns Hopkins University sobre as sesmarias no Brasil colonial, inclusive em Minas Gerais. É bom insistir que a história de Minas Gerais colonial, sendo reconhecida como parte essencial da história do Atlântico, tornou-se objeto de estudo da comunidade internacional de historiadores.

RAPM – O que mudou na relação entre a historiografia e os historiadores brasileiros e portugueses desde o primeiro momento em que o senhor começou a pesquisar o Brasil colonial?

RUSSELL-WOOD – Quando comecei a pesquisar o Brasil colonial, a maior parte dos historiadores

Aliás, sempre que me encontro com meu grupo de estudantes de pós-graduação, nós tomamos uma pinga para conversar. Faz parte da história.

brasileiros se interessava exclusivamente pela história do próprio Brasil, utilizando fontes predominantemente brasileiras e com um foco bastante limitado. Nas últimas três décadas, houve uma explosão na criatividade, nas perspectivas de análise, na originalidade das interpretações e mesmo na utilização das fontes. Surgiu uma geração de historiadores que transcendeu as fronteiras do próprio Brasil e passou a considerar a colônia em um contexto eminentemente internacional, sob uma cronologia que abrangeu e transcendeu o chamado

Antigo Regime. Vários historiadores têm examinado o papel desempenhado pelo Brasil não apenas no contexto do Império Atlântico, mas também em suas ligações e intercâmbio de influências e de produtos entre o Brasil e o Estado da Índia. Houve a partir daí uma projeção do Brasil além do próprio território brasileiro. Por outro lado, existe agora maior consciência de pontos de convergência entre a história do Brasil e as histórias da África e da Europa. A esse respeito, e sobretudo pela ligação com a história de Minas Gerais, destaco o livro recente de Adriana Romeiro.¹⁵ O conflito entre não paulistas (sobretudo forasteiros de Portugal) e paulistas tem fascinado historiadores do Brasil colonial. A contribuição de Adriana Romeiro possui grande originalidade nessa interpretação e na maneira como examina as repercussões não

apenas em Minas e no Brasil, mas também na Europa, quando destaca uma nova orientação por parte da Coroa portuguesa que ultrapassava os termos geopolíticos. Ela insiste que a “guerra dos emboabas” não foi um episódio isolado, mas que houve uma continuidade histórica do início do século XVIII até o começo do século XIX.

RAPM – Ainda aprecia a cultura mineira e a cachaça?

RUSSELL-WOOD – Tenho hoje certa apreensão quando visito as cidades históricas, porque não posso mais me movimentar fisicamente com a mesma facilidade de antes, mas a recepção em Minas é sempre muito acolhedora. Em minha última visita a Ouro Preto, fui andando por aí... E no primeiro dia, comi feijão-tropeiro e tutu com Fátima Gouveia, outra grande apreciadora da comida mineira. E tomei uma boa caipirinha. De fato, sempre guardo no meu gabinete de trabalho uma garrafa de “Germana” e, de vez em quando, tenho sorte de receber de presente uma garrafa de cachaça sem rótulo vinda direto do alambique. Aliás, sempre que me encontro com meu grupo de estudantes de pós-graduação, nós tomamos uma pinga para conversar. Faz parte da história, não é? Em torno da garrafa tratamos da escravidão e sobre a influência da África.

Notas |

1. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.

2. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

3. RUSSELL-WOOD, A. J. R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, v. 55, ano XXVIII, p. 25-79, 1977.

4. RUSSELL-WOOD, A. J. R. Local Government in Portuguese America: A Study in Cultural Divergence. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge University Press, n. 16, p. 187-231, 1974.

5. GRAMMONT, Guiomar de. *Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

6. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Manoel Francisco Lisboa: juiz de ofício e filantropo*. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1968.

7. João Gomes Teixeira, diretor do Arquivo Público Mineiro entre 1948 e 1973.

8. BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: Edusc, 2004.

9. BIEBER, Judy. *Power, Patronage, and Political Violence: State Building on a Brazilian Frontier, 1822-1889*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2000.

10. HIGGINS, Kathleen. *'Licentious Liberty' in a Brazilian Gold-Mining Region: Slavery, Gender, and Social Control in Eighteenth-Century Sabará, Minas Gerais*. Penn State Press, 1999.

11. KIDDY, Elizabeth. *Blacks of the Rosary: Memory and History in Minas Gerais, Brazil*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2005.

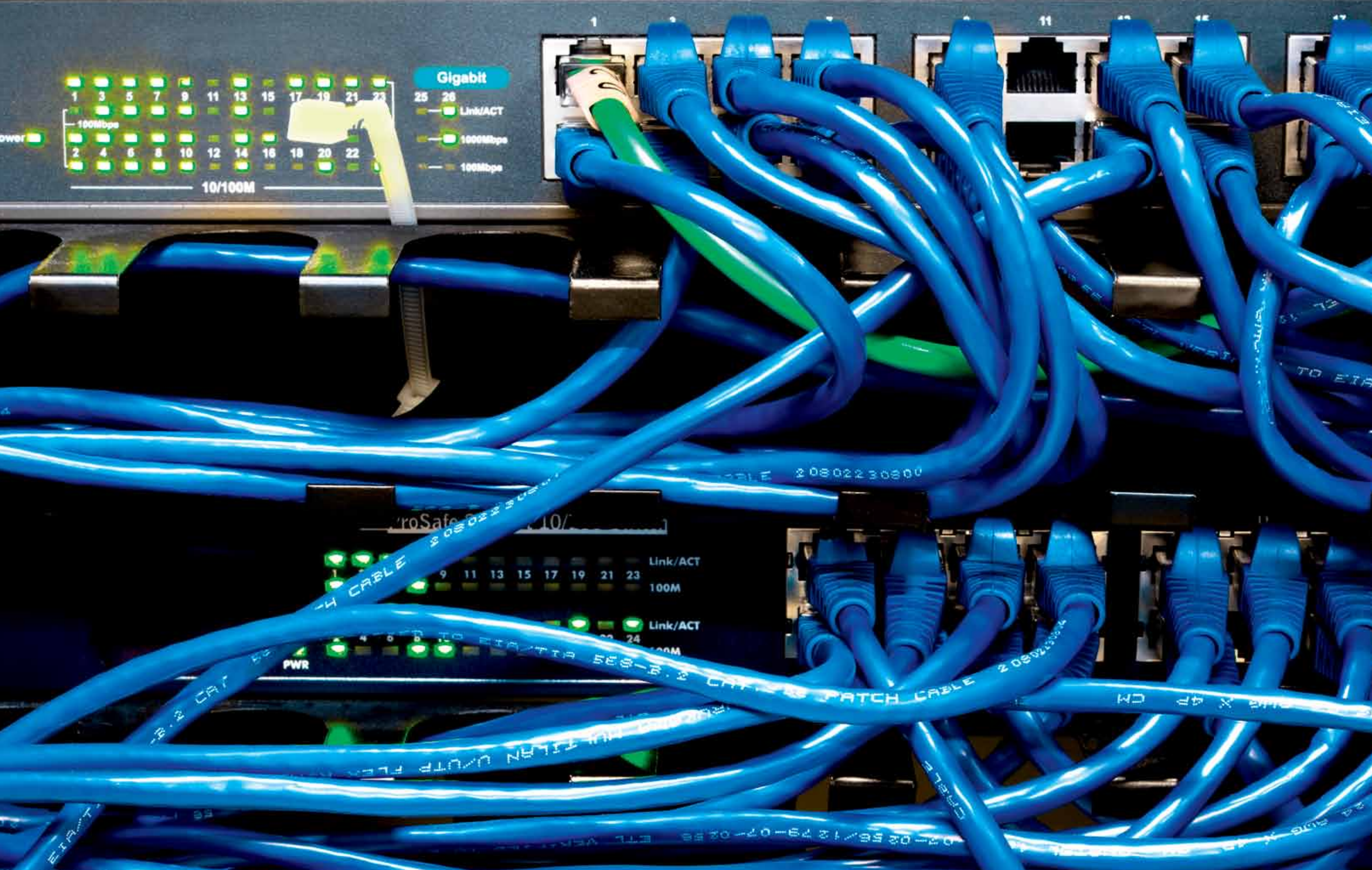
12. LANGFUR, Hal. *The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

13. DANTAS, Mariana. *Black Townsmen: Urban Slavery and Freedom in the Eighteenth-Century Americas*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

14. ALVEAL, Carmen. *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th--18th Century*. PhD Thesis, Department of History, Baltimore, Johns Hopkins University, 2007.

15. ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Entrevista concedida a Luciano Figueiredo.
Colaborou Caio César Boschi.



1 3 5 7 9 11 13 15 17 19 21 23
2 4 6 8 10 12 14 16 18 20 22

Gigabit
Link/ACT
1000Mbps
100Mbps

10/100M

ProSafe 10/100

Link/ACT
100M
Link/ACT
100M

PWR

TO EIR-TIA 559-5

PATCH CABLE

23

47

X

559-5

24

2-2 CAR

TO EIR-TIA 559-5

EIR-T

10

031-08 460 / 1M 501-071-08 50

24 559-5 X 559-5